



**RATIO – FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**PATRÍCIA FLORENÇO SILVA**

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:**  
**Acomodação ou esperança?**

**FORTALEZA**  
**2017**

PATRÍCIA FLORENÇO SILVA

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:**

**Acomodação ou esperança?**

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Ratio - Faculdade Teológica e Filosófica, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Ms. Diocleciana Paula Silva

FORTALEZA

2017

PATRÍCIA FLORENÇO SILVA

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA:

Acomodação ou esperança?

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela Ratio – Faculdade Teológica e Filosófica, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelas professoras.

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup>Ms. Diocleciana Paula da Silva  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Aline Araújo Martins  
Ratio – Faculdade Teológica e Filosófica

---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Marcela Barroso Maciel  
Ratio – Faculdade Teológica e Filosófica

Dedico esse trabalho a todos aqueles que fizeram do meu sonho real, me proporcionando forças para que eu não desistisse de ir atrás do que eu buscava para minha vida. Muitos obstáculos foram impostos para mim durante esses últimos anos, mas graças a vocês, eu não fraquejei. Obrigada por tudo, família, professores, amigos e colegas.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus por me dar força e coragem para superar os desafios e me guiar os passos nessa caminhada.

Aos meus pais, Antonio dos Santos Silva e Antonia Florenço Silva, por serem exemplos de determinação e destemor nas experiências de vida.

Aos meus irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas, que acreditaram na minha capacidade.

À professora orientadora, Diocleciana Paula da Silva, pela paciência e dedicação a mim concedidas.

À banca examinadora, Aline Araújo Martins e Marcela Barroso Maciel, por terem aceitado o convite para participarem da Banca e por contribuírem com um momento tão significativo para mim.

Aos professores, amigos, colegas e funcionários da Faculdade Rátio, pelo comprometimento e atenção dedicados a todos nós.

Agradeço, em especial, às minhas amigas Lourdes Maria e Ana Neta, que trouxeram os seus conhecimentos para minha vida acadêmica e profissional.

À Elisa Lima, Gerlânia Martins e Raimunda Nonata, pela ajuda com os materiais, que foi fundamental para o desenvolvimento das atividades no decorrer do curso.

À Cristiane Oliveira, à Gizele, à Fábiana e à Bárbara pela colaboração e subsídios no percurso do estágio na Secretaria de Justiça.

A todas as supervisoras do meu trabalho, pela compreensão na trajetória acadêmica, quando me liberavam para estágio e trabalhos externos da faculdade durante o horário comercial, dando a oportunidade para o meu crescimento intelectual.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, que ajudaram nas horas de dúvidas e troca experiências.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram com minha formação profissional.

“Quando você cair e ninguém lhe  
aparar, quando a força do que é ruim  
lhe derrubar, é hora do recomeço,  
recomece a levantar.”

(Bráulio Bessa)

## RESUMO

O presente trabalho apresenta a análise e as reflexões sobre a população em situação de rua como expressão da questão social e exclusão social, objetivando compreender os motivos que levam homens e mulheres adultas a viverem em tal contexto na Praça do Ferreira, no Centro de Fortaleza (CE). Para isso, buscou-se compreender as condições da população em situação de rua, indagando se as circunstâncias em que eles se encontram são cômodas ou se existe esperança de melhoria no modo em que vivem essas pessoas, bem como, conhecer o perfil desse grupo. Do ponto de vista metodológico, realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa com entrevistas semiestruturadas e, dessa forma, percebeu-se uma população caracteristicamente heterogênea, advinda de outras regiões do Ceará, com diferentes motivações para estarem nas ruas. A pesquisa bibliográfica foi fundamental para compreender a população em situação de rua, suas vulnerabilidades sociais e as políticas públicas.

**Palavras-chave:** População de Rua. Questão social. Exclusão social. Políticas públicas.

## ABSTRACT

This paper presents the analysis and reflections on the Population in Street Situation as an expression of the social question and social exclusion, aiming to understand the reasons that lead adult men and women to live in a street situation in Praça do Ferreira in the center of Fortaleza (CE). In order to do this, we sought to understand the conditions in which the street population is located, asking if the circumstances are comfortable or if there is hope for improvement in the way in which these people lives, as well as knowing the profile this group. From a methodological point of view, a qualitative research was conducted with semi-structured interviews. In this way, a characteristically heterogeneous population was observed, coming from other regions of Ceará and with different motivations to be in the streets. The bibliographic research was fundamental to understand the population in the street situation, its social vulnerabilities and public policies.

**Keywords:** Street population. Social issue. Social exclusion. Public policies.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>CNS</b>	Conselho Nacional de Saúde
<b>CONGEMAS</b>	Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social
<b>GTI</b>	Grupo de Trabalho Interministerial
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social
<b>MDSA</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
<b>MNPR</b>	Movimento Nacional População de Rua
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OSC</b>	Organização da Sociedade Civil Lei nº 13.019/2014)
<b>PNPR</b>	Política Nacional para População em Situação de Rua
<b>PSR</b>	População em Situação de Rua
<b>SETRA</b>	Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1.</b> Praça do ferreira.....	34
---	----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Perfil dos entrevistados* .....	35
<b>Tabela 2.</b> Tempo de permanência nas ruas.....	39

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM POUCO DA HISTÓRIA.....</b>	<b>18</b>
2.1 Realidade brasileira .....	24
<b>3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>27</b>
3.1 Questão social .....	32
3.2 Políticas públicas .....	33
<b>4 AS ENTREVISTAS E UM POUCO DA REALIDADE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....</b>	<b>34</b>
4.1 Local das entrevistas .....	34
4.2 Público entrevistado .....	35
4.3 Realidade das pessoas em situação de rua .....	37
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo obter informações sobre as condições em que se encontra a população em situação de rua que vive na Praça do Ferreira, bairro Centro, no município de Fortaleza, bem como analisar se as circunstâncias são cômodas ou se existe esperança de melhoria no modo em que vivem essas pessoas.

Para isso, será analisado, por meio de entrevistas, o modo como vive a população em situação de rua, se há esperança de mudança ou é algo cômodo para esse grupo. Assim, também serão obtidas informações sobre quais são as perspectivas de vida desses indivíduos.

Como objetivos específicos destacam-se: conhecer a forma de organização das pessoas em situação de rua; analisar a que riscos estas pessoas são submetidas; compreender angústias e esperanças que permeiam a vida das pessoas em situação de rua; identificar políticas destinadas à mudança da condição de vida das pessoas em situação de rua.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa será fundamentada nos autores que abordam as seguintes categorias: pessoas em situação de rua, exclusão e questão social.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa à qual se obtém informações acerca das condições notadas da população em situação de rua, e indaga-se se as circunstâncias são cômodas ou se existe esperança de melhoria no modo em que vive essas pessoas.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21).

Utilizou-se para este estudo a pesquisa bibliográfica, uma vez que esse tipo de pesquisa possibilita um aprofundamento teórico a respeito do tema em questão. Segundo Gil (2008) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (p. 50).

Pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 44)

Foi utilizada também a pesquisa de campo na Praça do Ferreira (Fortaleza/CE), onde se iniciou com apoio do levantamento bibliográfico, este que fora utilizado em todas as etapas seguintes, assim como na elaboração e execução das entrevistas semiestruturadas.

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.186).

O *locus* da pesquisa de campo foi a Praça do Ferreira, que ocupa uma área de 7.603 metros quadrados e está localizada no centro da cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. É importante relatar que sua história foi marcada por diversas transformações e reformas, estabelecendo o espaço que hoje se configura como um importante patrimônio do município. A praça também foi chamada, aos longos anos, de “Feira Nova, Largo das Trincheiras, Praça D. Pedro II e Praça da Municipalidade”, e atualmente é conhecida como o coração da cidade de Fortaleza, passando a ter essa denominação de forma definitiva em homenagem ao Boticário Ferreira (LEITÃO, 2002).

O foco da pesquisa são as pessoas em situação de rua localizadas naquela região. Para coleta de dados e aceite de participação na pesquisa, a técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada, tendo como auxílio o roteiro de entrevista e um gravador de voz. Foram entrevistados uma amostra de oito pessoas do total estimado de 1.718 de pessoas em situação de rua na capital, conforme dados da Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Setra) do município de Fortaleza. A entrevista é a técnica utilizada quando queremos obter dados para a elaboração da pesquisa, para validar hipóteses e objetivos. “Entrevista é uma das mais comuns e poderosas maneiras que utilizamos para tentar compreender nossa condição humana. (DUARTE, 2005 *apud* FONTANA; FREY, 1994)<sup>1</sup>.

Os dados obtidos por meio da entrevista estão vinculados ao modo como as pessoas em situação de rua se relacionam e se comportam nesse contexto, os riscos, as angústias e a esperança, levando em conta a ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, e comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos, bem como a garantia de que danos previsíveis serão evitados. Além disso, também está ligada à entrevista a relevância social da pesquisa, a qual garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação socio-humanitária, seguindo os aspectos éticos da pesquisa que consiste no respeito ao participante em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer ou não na pesquisa por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida, pautada na resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 466/12.

A pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo trata da população em situação de rua e sua trajetória da história, algo bastante complexo, pois se tratando de ser humano, tudo é muito relativo e esse segmento traz o questionamento sobre como se vê o semelhante. O segundo capítulo fala sobre população em situação de rua, questão social e políticas públicas, mostrando que é necessário melhorar as ações em prol de uma

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/entrevistas-tipos-e-conceitos/31154#ixzz3tNm4iSV2>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

camada da sociedade, a qual se sente excluída. O terceiro capítulo retrata por meio das entrevistas que a população em situação de rua é uma manifestação da questão social e da exclusão social que tem afetado gradativamente a população brasileira.

## 2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM POUCO DA HISTÓRIA

O morar na rua tem muitos significados, pois é algo complexo, ou seja; que abrange muitos elementos e diferentes opiniões, já que envolve seres humanos, tanto os quais estão no processo ou aqueles que estudam sobre o assunto, além dos que observam e não se envolvem por várias razões.

As pessoas que se encontram na rua expressam o significado dessa condição, como necessidade, identificação, sobrevivência, entre outros, mostrando as múltiplas razões pelas quais se encontram em situação de rua.

A sociedade, na sua maioria, não enxerga as pessoas em situação de rua, não as veem como pessoas que têm direitos, os quais foram negados, e que muitos que vivem essa situação se acham desprovidos de direitos.

Inicialmente, o conceito utilizado internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) caracteriza a “população em situação de rua” como: 1) “Desabrigados” ou “*shelterless*”, indivíduos que vivem na rua por falta de local de moradia devido a tragédias naturais, guerras e desemprego em massa e 2) Os denominados “*homeless*”, aqueles que não se enquadram nas hipóteses elencadas como de desabrigados” (TEIXEIRA; FONSECA, 2015, p. 29).

Ferreira (2005) lembra a definição do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) ao analisar a população em situação de rua de Belo Horizonte: “Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular” (FERREIRA, 2005).

É importante ponderar sobre a população em situação de rua por meio das definições e discernimentos que transpassam o estudo sobre o grupo em questão, caracterizando a manifestação desses fenômenos através da fundamentação teórica elaborada para análise e reconhecimento da existência desse fenômeno social.

Desse modo, conforme o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a política nacional para a população em situação de rua, a título de definição, trata-se de:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASÍLIA, 2009).

Entre agosto de 2007 e março de 2008, por meio de uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) com a Organização das Nações Unidas (UNESCO), foi realizada a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Esta pesquisa inclui a contagem e caracterização da população adulta nessas circunstâncias e estendeu-se aos municípios do Brasil com mais de 300.000 habitantes e em todas as capitais, com exceção de Belo Horizonte, São Paulo e Recife, que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes, e Porto Alegre, que naquele momento, conduzia a pesquisa de iniciativa municipal.

A pesquisa nacional contabilizou neste período um contingente de 31.922 adultos em situação de rua nos 71 municípios. Nesse sentido, ao somar o valor do contingente da pesquisa nacional com os números obtidos em Recife, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre estima-se que o total de pessoas adultas em situação de rua identificadas representa, aproximadamente, 50.000.

Embora expressivo esse contingente não deva ser tomado como o total de pessoas em situação de rua no país: primeiro, porque a pesquisa nacional não englobou as crianças e adolescentes que também vivem nesta situação, e, principalmente, porque se deve considerar que as pesquisas foram realizadas

em um conjunto de municípios brasileiros e não em sua totalidade, num período específico<sup>2</sup>.

Conforme reportagem do jornal Diário do Nordeste<sup>3</sup> do dia 3 de dezembro de 2015, mesmo não sendo em totalidade, o censo mostra um crescente número de pessoas em situação de rua.

Foram cerca de sete anos sem que a cidade soubesse, ao certo, a quantidade de pessoas que fizeram de suas ruas moradia. O crescente número de pessoas em situação de rua em Fortaleza era testemunhado apenas com olhares rápidos a praças, calçadas, parques, terminais de ônibus. Agora, enfim, é possível conhecer quantos são os fortalezenses desprovidos de abrigo. De acordo com o censo atualizado da população em situação de rua, realizado pela Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento social e combate à Fome (Setra), 1.718 homens e mulheres na capital.

Anunciado em maio deste (2015), o levantamento da Prefeitura de Fortaleza é primeiro desde 2007, quando o Governo Federal promoveu pesquisas em 71 municípios brasileiros no intuito de determinar a dimensão e o perfil da população em situação de rua no País. A etapa inicial e quantitativa do diagnóstico local foi concluída neste semestre e revelada, ontem, pelo titular da Setra, Cláudio Ricardo, ao Diário do Nordeste.

Segundo ele, além do total de pessoas desabrigadas, o censo já conseguiu indicar em quais regiões de Fortaleza os moradores de rua estão mais concentrados. Neste cenário, destaca-se o Centro da cidade, em especial a Praça do Ferreira, onde várias famílias estão completamente instaladas há anos.

O intuito é verificar as perspectivas de vida das pessoas em situação de rua na Praça do Ferreira, a mais conhecida e frequentada da cidade, sendo considerada por muitos como o coração de Fortaleza. A praça também foi palco de importantes episódios da história da cidade. Por mais de um século, seus bares, cinemas, os antigos cafés e seus bancos foram ponto de encontro do povo cearense. Por ela passaram os mais ilustres personagens da história local, como Quintino Cunha, o próprio Boticário Ferreira, os membros da Padaria Espiritual, entre muitos outros.

A invisibilidade das pessoas em situação de rua, o motivo ou circunstância que levam uma pessoa a viver na rua causa inquietação ao andar

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/entrevistas-tipos-e-conceitos/31154#ixzz3tNm4iSV2>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/1-718-pessoas-vivem-nas-ruas-de-fortaleza-diz-novo-censo-1.1165358>>. Acesso em 28 jan. 2018.

pelas ruas da região. É desta forma que surge a inquietação que rege esse trabalho: como é a rotina das pessoas, como elas se sentem e, principalmente, por que a sociedade simplesmente ignora os indivíduos que vivem em situação de rua? Para assim obterem-se respostas, lança-se uma questão mais ampla. População em situação de rua: acomodação ou esperança?

Estar nas ruas não é um movimento atual na sociedade. Percorrer distâncias, migrar, perambular, não possuir residência fixa é uma dinâmica social relatada desde a Grécia Antiga. A denominação “situação de rua” só pôde advir após a sedentarização e a construção de moradias familiares ou individuais da humanidade. Em épocas nômades tal concepção seria impossível (BRASÍLIA, 2013, p. 14).

Autores como Sarah Escorel (1999), por exemplo, discutem a exclusão social como sendo um “processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição de animal laborans, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados de exercício pleno das potencialidades da condição humana” (ESCOREL, 1999, p. 21).

Já Robert Castel (1997) prefere o termo “desfiliação” para designar o processo pelo qual as pessoas adotam as ruas. Além desses e de outros autores que adotam conceitos específicos para a população em situação de rua (PSR), já há muitos estudos socioetnográficos institucionais considerando bases municipais (BRASIL, 2006) e nacionais (BRASIL, 2009).

O fenômeno social população em situação de rua constitui uma síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, o tornam um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas (SILVA, 2009, p. 27).

Ainda segundo a Silva (2009):

Nesse contexto, tornou-se cada vez mais expressiva a presença de pessoas em situação de rua nos grandes centros urbanos do País. Indivíduos e famílias em situação de extrema pobreza marcam

fortemente o cenário da rua das cidades, na luta pela sobrevivência (SILVA, 2009, p. 21).

Paulo Stoffels (1977) fez uma extensa pesquisa acerca do histórico do fenômeno de pessoas em situação de rua, afirmando que a história da organização do estado e da cidade é paralela à da situação de rua, visto que foi por meio das desapropriações de terras para o crescimento das cidades que houve o aumento de mendigos e indigentes nas ruas da Grécia Antiga. Neste período, o emblemático filósofo Diógenes de Sinopse problematizou o ato de estar nas ruas, o qual viveu entre os anos de 404-323 a.C.

Segundo relatos de sua história, ele tornou-se um mendigo expulso de sua cidade de origem e foi para Atenas, onde conheceu Antístenes, seu mestre. Em Atenas, Diógenes habitava um grande barril e seus únicos pertencem eram uma lamparina, que ele usava inclusive durante o dia para parecer um homem honesto, uma sacola, um bastão e uma tigela (que simbolizavam o desapego e autossuficiência perante o mundo).

Maria Lúcia Silva (2009) por sua vez analisa que a história da população em situação de rua tem seu surgimento ligado às cidades pré-industriais da Europa, passando assim a compor o espaço urbano de diversas partes do mundo.

Desse modo, Silva (2009) vincula o surgimento desse segmento populacional às transformações histórico-estruturais que produziram o fenômeno do pauperismo, que se generalizou no século XVIII por toda Europa Ocidental. Neste período, a expropriação do produto rural e dos camponeses, os transformando em assalariados, formaram a base da história da acumulação primitiva que compôs as condições necessárias que deram origem à produção capitalista e a indústria nascente. “Portanto, reprodução do fenômeno população em situação de rua vincula-se ao processo de acumulação do capital no contexto da produção contínua de uma superpopulação relativa, excedente, à capacidade de absorção pelo capitalismo” (SILVA, 2009, p. 97).

O movimento itinerante, incerto, entra em atrito com a ordem estabelecida, sedentária. Cria-se então uma relação de poder entre as duas

ordens interdependentes, com as tensões inerentes a essas relações projetadas sobre os que se deslocam permanentemente na contramão dos modelos dominantes de organização econômica e social. Nessa fricção, são a própria errância e as características a ela associadas (sem emprego ou casa fixa, o deslocamento contínuo, a dificuldade de obter renda) que se transformam em amônia, a qual gera estranheza e confere estigma a essa população, provocando reações amedrontadas e posturas hostis (FRANGELLA, 2009, p. 42-43).

Desde as Revoluções Industriais até os dias de hoje, o movimento é parecido: a intensificação do processo de urbanização diretamente proporcional à segregação das classes mais empobrecidas, o que contribui para a ida das pessoas às ruas. Durante a I Revolução Industrial (século XIX) foram criadas, sobretudo, na Inglaterra, leis para desapropriação dos camponeses, forçando-os a irem para as cidades e aceitarem os novos empregos nas fábricas, que pagavam baixos salários e dispunham de péssimas condições de trabalho (SILVA, 2006; FRANGELLA, 2009).

No século XX, muitos aspectos colaboraram para essa problemática, como projetos de revitalização dos centros urbanos. Assim, a assistência social foi reformulada na Europa e nos Estados Unidos, passando do atendimento caritativo e piedoso ao “educativo e orientador”, alterando a realidade das regiões metropolitanas em crescimento, a competitividade territorial e a segregação urbana.

Nota-se, que a problemática das pessoas em situação de rua é algo bastante antigo e que a institucionalização do modo de produção capitalista e suas reformulações necessárias a sua subsistência causou um agravamento não só nessa expressão da questão social, mas em tantas outras, como promoção à saúde, educação e trabalho.

Sendo assim, vimos que ao longo dos séculos e das mudanças econômicas e sociais ocorridas, a população em situação de rua foi se ampliando e tomando formas.

## 2.1 Realidade brasileira

Durante a redemocratização do Brasil, iniciada na década de 1980, a atuação dos movimentos sociais foi fertilizada em busca da construção de políticas públicas que garantissem a concretização da nova Constituição Federal de 1988. A população em situação de rua, nesta efervescência, se torna pauta de debates e políticas públicas (FERRO, 2012; PENTEADO, 2012; SILVA, 2006).

A Constituição Federal de 1988, sobretudo pelo explícito nos artigos 5º e 6º, determina a igualdade de todos perante a lei e os direitos sociais. A partir dessa premissa, a população em situação de rua passa a fazer parte das agendas das políticas sociais.

Na década de 1990, alguns episódios dão maior destaque e visibilidade à população em situação de rua, evidenciando-se a urgência de sua inclusão nas normativas. O primeiro deles é o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, em 1993, seguido do Grito dos Excluídos a partir de 1995, os Seminários Nacionais e o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, além da 1ª Marcha do Povo da Rua, em 2001.

Nesse turbilhão democrático que vivia o país, com muitos movimentos sociais se articulando para construção de eventos, seminários e marchas foram aprovados na Lei Federal nº 8742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que tem sua importância por considerar a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado.

No Brasil, segundo Ferro (2012), historicamente podemos separar as políticas para esse grupo da seguinte maneira: um primeiro tipo de política, que remonta à origem das ruas, é a criminalização e repressão dessas pessoas por agentes públicos. O uso da violência tem sido prática habitual para afastar essas pessoas dos centros urbanos e levá-las para áreas remotas ou outros municípios em nítida política de higienização social. Esse tipo de ação estatal reflete, é claro, a cultura de discriminação dominante em nossa sociedade e

culpabilização do indivíduo por estar e morar nas ruas, visão que é projetada e estimulada por diversos meios de comunicação.

Percebe-se, em alguns relatos nas entrevistas que existe a lei da rua, como se fosse um acordo de convivência para garantir e resguardar os grupos que se formam em torno da Praça do Ferreira, tentando assim manter a integridade e segurança de quem se encontra em situação de rua, e de certa forma conseguir a ordem do local.

O segundo tipo de política consiste na omissão do Estado e, como consequência, na cobertura ínfima ou inexistente das políticas sociais para este segmento nos três níveis de governo (municipal, estadual e federal), ou seja; a invisibilidade do fenômeno para o poder público. “Nesse sentido, a ausência de políticas sociais é também uma política” (FERRO, 2012, p. 36).

Por outro lado, ao longo da história brasileira, houve e ainda existem as obras de caridade, geralmente comandadas por igrejas ou associações de senhoras com abordagens assistencialistas para remediar os pobres e sofridos (SPOSATI, 1985), dentre os quais as pessoas em situação de rua (PENTEADO, 2011; 2012). O modelo assistencialista foi, também, até a década de 1990, emprestado pelo Estado na Política de Assistência Social.

O assistencialismo ainda é muito presente nas ações promovidas às pessoas em situação de rua, mesmo que em uma proporção pequena, em relação ao grande número de pessoas que se encontra nessa condição. Também acontece com as políticas públicas ineficazes, seja pela falta de informação ou pela pouca divulgação dos direitos básicos que o cidadão possui.

Em relação ao termo “População em Situação de Rua” (PSR), as classificações são heterogêneas, sobretudo se comparadas diferentes realidades internacionais (ADORNO; WARANDA, 2004). No Brasil, o termo consolidado expressa mais a situação do sujeito em relação a rua, e não apenas como “ausência de casa”, como outros países tendem a classificar.

Observar a população em situação de rua coloca em evidência grande parte ou talvez em total as condições de vulnerabilidade em que um ser

humano possa se encontrar, como fome, abandono, desemprego, violência e ausência de moradia entre outras privações de direitos básicos do cidadão. Além desses fatores considerados físicos, devem-se ressaltar os problemas emocionais ocasionados a essas pessoas que vivem em tais condições.

### **3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Ao presenciar a invisibilidade em que se encontram as pessoas em situação de rua, tentou-se compreender como elas se sentem e se comportam diante das ações ocorridas a essa população.

Ferreira descreve que, em relação ao termo “população em situação de rua”, as classificações são heterogêneas, sobretudo se comparadas diferentes realidades internacionais (ADORNO; VARANDA, 2004).

No Brasil, o termo consolidado expressa mais a situação do sujeito em relação à rua, e não apenas como “ausência de casa”, como outros países tendem a classificar.

Viera, Bezerra e Rosa (1994) identificam três situações em relação à permanência na rua, que são elas: as pessoas que configuram uma situação circunstancial, refletindo a precariedade da vida pelo desemprego ou por estarem chegando à cidade em busca de emprego, de tratamento de saúde ou a procura de parentes. Nesses casos, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em rodoviárias, albergues ou locais públicos de movimento; aquelas que já não consideram a rua tão ameaçadora e, em razão disso, passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na rua ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento, como é o caso dos guardadores de carro, descarregadores de carga, catadores de papéis ou latinhas. Por fim, aqueles que já estão há algum tempo na rua e, em função disso, foram sofrendo um processo de debilitação física e mental, especialmente pelo uso do álcool e das drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição e pela vulnerabilidade à violência.

De acordo com o documento “Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua” em 25 de outubro de 2006 foi instituído por Decreto Presidencial o Grupo de Trabalho Interministerial

(GTI), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua. O decreto considerou também a necessidade de articulação entre os diferentes níveis de governo e da participação da sociedade civil organizada nesse processo.

A composição do GTI envolveu, além do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), diferentes Ministérios: Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Cidades, Cultura e Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Também participaram do GTI representantes do Movimento Nacional População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS). Assim, em 2007, iniciou-se o processo de discussão e elaboração do texto da Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR), concluída após a realização de seminários em diferentes cidades e consulta pública em âmbito nacional. Publicada em dezembro de 2009, a Política Nacional pautou-se na perspectiva de assegurar a integralidade das políticas públicas e o acesso a direitos às pessoas em situação de rua.

Para Wagner de Cerqueira e Francisco (2009), um dos reflexos do intenso processo de exclusão social é a população em situação de rua que, em decorrência da ocupação do solo urbano ser baseada na lógica capitalista de apropriação privada do espaço mediante o pagamento do valor da terra, não dispõe de renda suficiente para conseguir espaços adequados para habitação e, sem alternativas, utiliza as ruas da cidade como moradia.

Algo muito claro e evidente é a falta de condições que as pessoas de baixa ou nenhuma renda têm para adquirir ou alugar um local para residir, pois é necessário ter condições financeiras, documentos e garantias como emprego com carteira assinada, requisitos obrigatórios no cadastramento.

Wagner de Cerqueira e Francisco (2009) analisavam que entre os principais fatores que podem levar as pessoas a irem morar nas ruas estão: ausência de vínculos familiares, perda de algum ente querido, desemprego, violência, perda da autoestima, alcoolismo, uso de drogas e doença mental.

Segundo Wagner de Cerqueira e Francisco (2009), embora grande parte dos estudos sobre esse tipo de população tenha sido realizada no século XX, há registros de sua existência desde o século XIV. Portanto, a população em situação de rua não teve a devida atenção nos séculos anteriores, e sua abordagem pode ter sido impulsionada pelo aumento de seu contingente, visto que a cada ano mais indivíduos utilizam as ruas como moradia.

Em relação aos programas sociais, Wagner de Cerqueira e Francisco (2009) relatam que apesar da realização de alguns programas sociais, poucas políticas públicas são desenvolvidas para solucionar esse problema. As Organizações Não Governamentais (ONGs) e as instituições religiosas se destacam nos serviços de amparo a essas pessoas, atuando na distribuição de alimentos, roupas e cobertores. Outro trabalho de assistência são os abrigos temporários e os albergues que, de um modo geral, são considerados insuficientes para suprir a demanda desse público.

A atenção que a população em situação de rua precisa ainda é insuficiente em questões como, necessidades físicas de um lar, alimentação, segurança, atenção psicológica, entre outros. A partir das entrevistas, percebe-se a carência que essa população tem em ser ouvida, entendida, compreendida. Mesmo que a solução dos problemas esteja distante, ouvir já ajuda o indivíduo a ter esperança em melhoria ou mesmo mudar as condições em que se encontra.

Conforme os autores, o desinteresse do Estado influencia diretamente no comportamento da sociedade, uma vez que os moradores de rua são tratados, ora com compaixão, ora com repressão, preconceito, indiferença e violência. Nesse sentido, devem ser desenvolvidas políticas que atuem na causa do problema, não somente em serviços de distribuição de alimentos e outros objetos, proporcionando dignidade para todos os habitantes.

A ajuda de forma beneficente é algo que contribui, mas é paliativo; é como tratar os sintomas, e não a doença. É viável uma execução mais efetiva das ações das políticas públicas que cumpra o objetivo de atender as necessidades das pessoas em situação de rua.

A integração das políticas públicas em cada nível de governo e a implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito e capacitação dos servidores públicos para a melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional são duas diretrizes da Política Nacional para População em Situação de Rua, que causaria um impacto positivo, pois as políticas integradas fortaleceriam as três esferas de governo e a capacitação ajudaria na efetivação e atendimento para um público tão carente e desprovido de atenção.

Para abordar as categorias analíticas que envolvem o tema, será contextualizado as definições em que a categoria se descreve como elemento utilizado principalmente para classificar e facilitar a ordem dos grupos com segmentos semelhantes, além da analítica, que é a condição de uma pessoa que consegue analisar, ou seja; é ver como algo é e consegue perceber se é conhecido ou desconhecido, sendo assim, a ausência de vínculos familiares, desemprego, pobreza, alcoolismo, uso drogas, são categorias mais visíveis entre tantas que encontram a população em situação de rua.

A exclusão é a ação e o efeito de excluir, ou seja; deixar alguém ou algo de lado, descartado, negando possibilidades. No âmbito das ciências sociais ou da política, usa-se o termo exclusão de forma bastante habitual para fazer menção à situação social desfavorável de pessoas ou de grupo de indivíduos.

[...] Falar de exclusão implica considerar também aspectos subjetivos, que mobilizam sentimentos de rejeição, perda de identidade, falência dos laços comunitários e sociais, resultando numa retratação das redes de sociabilidade, com quebra dos mecanismos de solidariedade e reciprocidade [...] (LAVINAS, 2003, p. 37).

Lavinas se fundamenta no pensamento de Strobel a partir do trabalho de Destremeau e Slama:

O Conselho da Europa adota em 1994 a seguinte definição: são excluídos “os grupos de pessoas que se encontram parcialmente ou integralmente fora do campo de aplicação efetiva dos direitos humanos (LAVINAS, 2003, p. 39 *apud* DESTREMEAU; SLAMA *apud* STROBEL, 1996).

Como complemento para conceituar e embasar a exclusão, Valente diz:

[...] De modo amplo, exclusão social pode ser encarada como todas as instâncias da vida social, com profundo impacto na pessoa humana, em sua individualidade (VALENTE, 2004)<sup>4</sup>.

E ainda ressalta que:

No Brasil, a situação de exclusão social – em quaisquer de suas instâncias, ou em todas, – vem se agravado em termos de quantidade (é) cada vez maior o número de desvalidos, e em intensidade (é) cada vez maior de número de pessoas vivendo abaixo da linha da miséria. [...] Pode-se afirmar, sem orgulho, que o Brasil e seus últimos governantes têm cultivados vergonhosamente a exclusão social, privilegiando, a qualquer custo, os ganhos políticos da “estabilidade da moeda”, alimentada com a carne e o sangue do povo brasileiro. A violência, a miséria, o desemprego – todos sinônimos de um mesmo problema – aí estão aí – batendo em nossas portas – para confirmar essa triste realidade (VALENTE, 2004).

Diante do que foi descrito, as pessoas em situação de rua da Praça do Ferreira demonstram de forma substancial o que é exclusão social, processo de afastamento e privação de determinados indivíduos ou de grupos sociais em diversos âmbitos da estrutura da sociedade, como por exemplo a exclusão econômica, cultural, étnica e comportamental em meio a outras.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.conteudoescola.com.br/artigos/exclusao-social-que-bicho-e-esse-i.html>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

### 3.1 Questão social

A questão social é representada pela contradição entre capital e trabalho, no qual os que representam o capitalismo usufruem da riqueza produzida pela classe trabalhadora, resultando em uma desigualdade em que o trabalhador se torna cada vez mais necessitado, sem condições de ter o fruto do seu trabalho.

A questão social sintetiza o conjunto de resultantes estruturais e conjunturais decorrentes das desigualdades sociais produzidas no interior dos regimes político-econômicos que a história mais recente conheceu (SPOSATI, 1995, p. 7).

Para Iamamoto:

[...] Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2006, p. 27).

Nos grandes centros urbanos se destacam as mais variadas contradições da sociedade. É possível ver a riqueza caminhando lado a lado com a extrema pobreza, sendo fácil observar as mais variadas formas das questões sociais e desrespeitos com os direitos sociais e humanos.

Assim, uma parcela da população se submete as precárias condições de trabalho, com baixa remuneração e insalubridade, condições que muitas vezes afetam a saúde desse trabalhador que se torna inútil para a sociedade. O que se percebe no caso da população em situação de rua é que a maioria está nas ruas por falta de condições, qualificação e oportunidade no mercado de trabalho.

Se for observar a população em situação de rua, pode-se dizer que ela reúne a vivência das mais variadas expressões da questão social, dentre elas, privação de moradia, segurança, alimentação, além da exposição a várias doenças e ao preconceito, dentre outros.

### **3.2 Políticas públicas**

Secchi (2011) expõe que políticas públicas são conjuntos de ações, planos, metas e atitudes tomadas pelos governos no âmbito nacional, estadual ou municipal, com participação direta ou indireta de opções públicas ou privadas no intuito de resolver problemas de interesse público e assegurar determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico ou para vários grupos da sociedade (SECCHI, 2011).

O autor ainda relata que uma política pública pode ser parte de uma política de estado, que independente do governo e do governante deve ser realizado porque é amparado pela constituição; já a política de governo pode depender da alternância de poder, pois cada governo tem seus projetos, que por sua vez se transformam em políticas públicas (SECCHI, 2011).

Secchi complementa dizendo que as políticas públicas atingem a todos os cidadãos, de todas as escolaridades, independente de sexo, raça, religião ou nível social. As responsabilidades do representante popular se diversificaram com o aprofundamento e a expansão da democracia, com a função de promover o bem-estar da sociedade, relacionada a ações bem resolvidas e à sua execução em área como saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança, ou seja; deve-se contemplar a qualidade de vida como um todo (SECCHI, 2011).

## 4 AS ENTREVISTAS E UM POUCO DA REALIDADE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

### 4.1 Local das entrevistas

A entrevista foi realizada, exclusivamente na Praça do Ferreira localizada no município de Fortaleza no Estado do Ceará, no período de agosto e setembro de 2017. Nessa área que compõe o Centro de Fortaleza existem 632 pessoas vivendo em situação de rua representando aproximadamente 36,8% do total da cidade de acordo com dados da Setra em 2014.

**Figura 1.** Praça do Ferreira



Fonte: Tripadvisor (página oficial), 2018.

A figura 1 mostra a Praça do Ferreira, onde sete homens e uma mulher em situação de rua foram entrevistados para essa pesquisa.

Com o intuito de resguardá-los, foram mantidas suas identidades anônimas. Dessa maneira, identificaram-se os entrevistados como “Pedro”, “João”, “Matheus”, “Tiago”, “Lucas”, “Marcos”, “Isaías” e “Maria”.

Para o estudo realizou-se inicialmente a coleta de informações por meio da pesquisa bibliográfica com o objetivo de conhecer mais profundamente o dimensionamento teórico dado à temática que envolve a população em situação de rua. Na etapa seguinte, sucedeu-se a ação no campo para realizar o contato direto com o público.

## 4.2 Público entrevistado

A população em situação de rua entrevistada é adulta e predominantemente do sexo masculino. Dentre os investigados para construção do perfil, observou-se que a maioria dos sujeitos da pesquisa tem baixa escolaridade, a maioria com ensino fundamental incompleto. Nota-se, também, que metade dos entrevistados é de outros municípios, sendo 4 de 8 entrevistados.

**Tabela 1.** Perfil dos entrevistados\*

Entrevistados	Sexo	Estado Civil	Naturalidade (CE)	Idade	Profissão	Raça/Cor	Escolaridade
Pedro	Masculino	Solteiro	Eusébio	19 anos	Autônomo	Pardo	Fundamental Incompleto
João	Masculino	Solteiro	Fortaleza	43 anos	Motorista	Pardo	Médio Completo
Mateus	Masculino	Solteiro	Fortaleza	58 anos	Policia	Branco	Fundamental Completo
Tiago	Masculino	Solteiro	Maranguape	39 anos	Servente	Pardo	Médio Incompleto
Felipe	Masculino	Solteiro	Cascavel	39 anos	Pedreiro	Negro	Fundamental Incompleto
Marcos	Masculino	Solteiro	Orós	33 anos	Servente	Pardo	Fundamental Completo
Maria	Feminino	Casada	Fortaleza	57 anos	Doméstica	Parda	Fundamental Incompleto
Tadeu	Masculino	Casado	Fortaleza	30 anos	Servente	Pardo	Fundamental Incompleto

\*Nomes fictícios.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

As pessoas que concederam as entrevistas foram escolhidas de forma ocasional, a partir do momento da identificação do entrevistador, do objetivo do trabalho e como seria executado. A sequência da atividade ocorreu de forma tranquila e satisfatória, alcançando os resultados esperados, como a receptividade das pessoas e as perguntas respondidas.

Os entrevistados relataram sobre as dificuldades em adquirirem recursos financeiros para suprir as necessidades de alimentação, realizando atividades como carregar mercadorias, descarregar caminhões e guardar carros em locais que tem grande movimento de automóveis. Outros conseguem obter trabalhos em construções. A única entrevistada relatou que realiza atividades de diarista e atualmente se dedica a um curso de culinária. Quanto às profissões que eram exercidas pelos entrevistados antes de viverem em situação de rua, elenca-se: servente (3), pedreiro (1), autônomo (1), policial (1), motorista (1) e a única mulher entrevistada trabalhava como doméstica.

O primeiro entrevistado é Pedro, sexo masculino, 19 anos, se reconhece pardo e é natural de Eusébio, no Estado Ceará. Revelou ser pai de um filho e ter exercido a profissão de autônomo. Quanto ao grau de instrução, o investigado revelou ter feito o ensino fundamental incompleto.

O segundo entrevistado, o senhor João é do sexo masculino, tem 43 anos se reconhece moreno e é fortalezense. É solteiro, pai de um filho, sua profissão anteriormente era de motorista. Quanto ao grau de instrução, o investigado revelou ter feito ensino médio completo.

O terceiro entrevistado é o senhor Mateus, sexo masculino, 58 anos, se reconhece branco, natural de Fortaleza. O senhor Mateus revelou ser pai de dois filhos e ter exercido a profissão de policial. Quanto ao grau de instrução, o investigado revelou ter feito o ensino fundamental completo.

O quarto participante, o senhor Tiago é do sexo masculino, tem 39 anos de idade, se reconhece pardo, natural de Maranguape. Relatou ser solteiro e que não tem filho. Quanto ao grau de instrução, o investigado diz ter ensino fundamental incompleto. Ele contou que antes de viver em situação de rua, trabalhava como servente.

O quinto participante, o senhor Lucas, sexo masculino, tem 39 anos de idade, se reconhece negro, natural de Cascavel. É solteiro e trabalhou como pedreiro. Quanto ao grau de instrução, fez ensino fundamental incompleto.

O sexto participante, o senhor Marcos é do sexo masculino, tem 33 anos de idade, se reconhece moreno, natural de Orós no Estado do Ceará. O senhor Marcos relatou ser solteiro e não ter filhos. Coursou o ensino fundamental completo e era servente.

A sétima entrevistada foi à senhora Maria, é do sexo feminino, tem 57 anos de idade, se reconhece parda, nasceu na capital cearense. A senhora Maria revelou ter trabalhado como doméstica e ter cursado o ensino fundamental incompleto. Disse ainda que é casada e tem dez filhos.

O oitavo entrevistado, o senhor Tadeu é do sexo masculino, tem 30 anos de idade, se reconhece moreno, natural de Fortaleza. O senhor Tadeu relatou ser casado e pai de um filho. Quanto ao grau de instrução, o investigado revelou ter cursado o ensino fundamental incompleto. Ele contou que antes de viver em situação de rua, trabalhava como servente, é casado.

Em relação ao trabalho, os entrevistados contaram que tiveram experiências de trabalho anteriores a atual situação de rua, e atualmente desenvolvem atividades como flanelinha (guardador de carro), bico (pequeno ganho avulso) em construção, serviços domésticos e transporte de objetos para vendedores ambulantes, tudo para obter recursos de sobrevivência, atendendo as necessidades básicas e urgentes.

#### **4.3 Realidade das pessoas em situação de rua**

Dessa maneira, em Fortaleza a situação de rua determina o exercício de atividades precárias à população que nela reside e dela sobrevive, pois o mercado exige cada vez mais qualificação dos trabalhadores.

Com isso, a relação entre trabalho e população em situação de rua no Brasil revelam condições cada vez mais precarizadas e subumanas. Silva (2009) relata que mesmo em condições insatisfatórias de trabalho, as pessoas em situação de rua fazem uma imagem de que o trabalho é valoroso, resultando em realização de sonhos, principalmente a moradia (SILVA, 2009).

Como demonstra o autor, o trabalho é algo importante, pois faz com que a pessoa se sinta parte da sociedade. Por meio da atividade remunerada se tem a possibilidade de adquirir alimento, vestuário e moradia para atender as necessidades.

Quanto ao grau de conhecimento, é possível dizer que os entrevistados demonstraram ter um baixo nível de conhecimento, o que não representa de forma ampla a situação de conhecimento da população em situação de rua, uma vez que também se encontram em tais condições pessoas com nível superior completo, como constatou a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (2008).

Segundo dados obtidos pela pesquisa, percebe-se que metade dos entrevistados possuem o ensino fundamental incompleto e que somente um tem ensino médio completo. Isso aponta que é muito difícil ocorrer mudanças nas condições de vida, algo que a maioria tem esperança que aconteça, como a aquisição de um trabalho, moradia, por exemplo, para que diminua o número de pessoas em situação de rua.

O tempo de permanência nas ruas dos entrevistados variam entre espaços de tempo 2 meses a 40 anos, como mostra a tabela Tempo de permanência nas ruas.

**Tabela 2.** Tempo de permanência nas ruas

<b>Entrevistados</b>	<b>Tempo de permanência</b>
Pedro	02 meses
João	03 meses
Mateus	03 anos
Tiago	08 anos
Felipe	03 anos
Marcos	05 meses
Maria	40 anos
Tadeu	01 ano

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

De acordo com Silva (2009), os estudos sobre PSR evidenciam que quanto maior o tempo de permanência nas ruas, mais fragilizados ficam os vínculos familiares e afetivos, pois a convivência diária fortalece esses vínculos.

Quanto aos motivos que levaram os entrevistados a viverem em situação de rua, a maioria está diretamente ou relacionada às drogas lícitas e ilícitas e a problemas adquiridos antes de viverem em situação de rua. Outros motivos foram: desentendimento com familiares e venda da casa que residia.

De acordo com o senhor Pedro, o que o motivou foi o uso de drogas, causando conflitos em casa. Ele deseja terminar os estudos e trabalhar.

Para o senhor João a bebida alcoólica trouxe consequências desagradáveis para ele e sua família, como brigas e destruição da harmonia no lar, por isso ele foi morar na rua. João espera conseguir um trabalho e uma moradia.

O motivo que levou o senhor Mateus também foi o uso de álcool, perdendo o vínculo com a família, o emprego e o lar. Ele disse que não tem perspectiva de mudanças.

Já o motivo que o levou o senhor Tiago a viver na rua foram as drogas, trazendo tristeza para sua mãe. Tem o anseio de voltar a morar com a mãe.

Para o senhor Felipe os problemas familiares o levaram a escolher viver em situação de rua e a perspectiva em relação ao futuro é morar em uma casa, como destaca:

“Se eu tivesse uma casa para morar, já tinha mudado de situação, mas as pessoas não que dá emprego para quem mora na rua”. (Felipe)

Fonte: trecho de entrevista semiestruturada realizada pela autora para método da pesquisa (2017).

Para Marcos, a escolha de viver na rua foi tomada após desentendimento com os irmãos, causando o rompimento com a família. Ele não vê mudanças em sua vida e diz que se conformou com o modo em que vive atualmente.

“Não gosto da casa da minha mãe, pois bebo minhas cachaças e minha irmã vinho, aí nós brigamos”. (Marcos)

Fonte: trecho de entrevista semiestruturada realizada pela autora para método da pesquisa (2017).

A senhora Maria foi obrigada a vender a casa por uma quantia bem inferior ao que valia e precisou ir embora do local. Assim, não pode comprar outra, mas tem o desejo de uma casa, um trabalho e tem o sonho de conhecer o cantor Amado Batista.

“Tenho medo de dormir e não acordar mais, tempo muito violento e com muito preconceito”. (Maria)

Fonte: trecho de entrevista semiestruturada realizada pela autora para método da pesquisa (2017).

“[...] Para a sociedade todos que estão aqui roubam, mas nem todos são assim, alguns querem alguma coisa”. (Maria)

Fonte: trecho de entrevista semiestruturada realizada com Maria pela autora para método da pesquisa (2017).

O senhor Tadeu relatou que em decorrência de brigas com os familiares teve que viver em situação de rua e pensa em continuar nessa condição por algum tempo.

As pessoas entrevistadas que estão em situação de rua passaram por um processo intenso de rompimentos de vínculos, familiares, afetivos e comunitários, perdas em várias dimensões de suas vidas, como habitação, trabalho, atingindo até a perda dos sentidos identitários e de cidadania.

Elas ainda relataram que a rua significa necessidade, desprezo pelas pessoas, saber sobreviver, sem lar, apreensão, porém, também significa dizer identificação, amizade e boa convivência, demonstrando uma mistura de sentimentos, que retrata que cada ser humano é único e diferente, mas que precisa de uma única coisa: ser visível para a sociedade.

Os relatos nos evidenciam que as pessoas em situação de rua são sujeitos que romperam os vínculos familiares e com a sociedade, que impõem igualdade no comportamento, nas relações, mas que não pregam a equidade, que adapta a regra a um caso específico a fim de deixá-la mais justa, ou seja, tratar cada indivíduo segundo sua natureza particular.

As falas dos entrevistados representam uma circunstância muito comum para quem vive em situação de rua, que é o sentimento de não ser alguém, e sim algo que incomoda a sociedade capitalista. Mostra também que a sociedade vive de aparência, escolhendo o exterior, os bens materiais, esquecendo o interior, os sentimentos das pessoas, suas angústias, seus conflitos e principalmente o amor ao próximo.

Constata-se que as pessoas normalmente têm desafios em suas vidas, porém para as que vivem em situação de rua, viver já é uma luta constante ao adquirir alimentos, um lugar onde possa descansar o corpo, um pouco de alento para alma, através do carinho, atenção, compreensão e principalmente empatia, que é a pessoa se colocar no outro e sentir o que ela sente, percebendo semelhanças, não somente perante Deus, mas também, e de fundamental importância, para as leis dos homens; isso é, nenhum cidadão

está acima das leis, todos são iguais em relação aos direitos e deveres que regem o país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida em situação de rua, numa sociedade cheia de contrastes sociais, de preconceitos em relação a cor, sexo, religião, escolaridade e idade, traz sofrimento por meio da exclusão social, que está presente nesse cotidiano, tornando quem vive nas ruas invisíveis de tudo e de todos. Seja qual for o lugar, região ou país, as características da população em situação de rua são diversas e multifacetadas. Existem milhares de pessoas em situação de rua perambulando entre tantos outros indivíduos em busca da sobrevivência. Seres humanos que não são notados socialmente, como se não estivessem o direito de viver com dignidade nesse mundo, no qual prevalece o interesse do capital.

É possível encontrar um povo sem muitas perspectivas de sobrevivência, se alimentando com sobras que encontram nos depósitos dos lixos, sujos e maltrapilhos, deixando perceptível a expressão da questão social em um país denominado democrático, mas que tem uma significativa parcela da população vivendo cercada por instabilidade, principalmente, nos grandes centros urbanos. Na capital cearense não é diferente. Com o crescimento econômico ocorreu a expansão da periferia, em que vive grande parte das pessoas à margem da pobreza, causando assim a aceleração da população em situação de rua.

Com a realização desse trabalho é possível perceber o quanto esse segmento necessita de amparo social. Sabe-se que eles vivem em uma sociedade que os tornam invisíveis, sendo tratados como algo sem nenhum tipo de significância. Cada um luta por sobrevivência ao seu modo, se sujeitando a todos os tipos de violência, preconceitos, discriminação e violações de direitos.

As investigações identificaram vários programas, projetos e ações criados pelo Ministério do Desenvolvimento Social ao Combate a Fome, porém, constata-se que nem todos os indivíduos têm acesso aos benefícios ofertados, ora por falta de conhecimento das ações que são realizadas, ora por não

conseguirem vagas nos equipamentos responsáveis pelas ações, uma vez que a procura se apresenta maior que oferta de serviços.

É possível notar, com base nos relatos de vivência nas ruas, as inquietações e angústias de cada sujeito que foi possível entrevistar. Verificou-se o quanto eles estão expostos às críticas, aos olhares indiferentes da sociedade, as mais variadas expressões da questão social, sem poderem contar com apoio efetivo do poder público para a saída das ruas e ou uma melhor qualidade de vida, pois segundo os entrevistados, os equipamentos que existem no município de Fortaleza são insuficientes para atender à demanda crescente.

Quando se tratam de pessoas que se encontram às margens da pobreza, as políticas socioassistenciais são insuficientes para o fortalecimento de vínculo com as redes de acesso as políticas e programas existentes para esse fenômeno. É importante destacar que os planos, projetos e políticas públicas para que esse grupo tenham seus direitos garantidos e a chance de exercerem a cidadania existe. Ainda falta a divulgação efetiva de informações, pois muitas dessas pessoas desconhecem seus direitos que são regidos por leis e decretos, além disso, é preciso que os atendimentos as demandas dessa população sejam legitimados, eficazes e realizados concretamente.

Com isso, considera-se urgente dar maior visibilidade às necessidades e demandas da população em situação de rua a fim de promover, proteger e defender os direitos inerentes à condição humana desse segmento.

Resumindo, entende-se que ainda há muito que ser feito em prol dessa população, com intuito de garantir o pleno acesso aos serviços e direitos sociais. É imprescindível priorizar o atendimento e desenvolvimento integral desses usuários, garantindo que esses possam exercer a cidadania, promovendo ações que tenham perspectivas interdisciplinares e intersetoriais com intuito de realizar atendimento integral por meio de estratégias conjuntas e coletivas, com a participação dos que estão inseridos nesse processo.

Considera-se que os objetivos foram respondidos com este estudo sobre a população em situação de rua na Praça do Ferreira no município de

Fortaleza. Foi possível conhecer a realidade desse grupo que busca as ruas como a última opção para sobreviver nos grandes centros urbanos. Ressalta-se que os resultados mostram que as pessoas em situação de rua precisam ser enxergadas, ouvidas e, principalmente, compreendidas.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Elaene Rodrigues; ALBUQUERQUE, Cyntia Sturdat. **Assistência Social em Fortaleza**: uma política de direito em construção. Fortaleza: SEMAS/PMF, Ed. UECE, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas despedaçadas**, Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BRASIL. Governo Federal. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Acesso a Informações**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/acessoainformacoes/perguntasfrequentees/assistenciasocial/pseprotecaosocialespecial/centropop/poplacaoderuainstitucional>>. Acesso em: out. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**. Brasília, Diário Federal: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação, Secretaria Nacional de Assistência social, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Rua**: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.053**, 23 de dezembro de 2009, **Política Nacional para a População em Situação de Rua**, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.
- \_\_\_\_\_. Decreto S/Nº de 25 de outubro de 2006, **Grupo de Trabalho Interministerial – GTI**, Lei nº 8.742, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006.
- BRASÍLIA. **Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa**: Experiências do Distrito Federal, Paris e Londres. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 11.258, 30 de dezembro de 2005, alteração a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, **Organização da Assistência Social**, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. SUAS e População de Rua.

Secretaria Nacional de Renda Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS. Volume III, 2011.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua para Consulta Pública**, 2008.

CARVALHO, Ailton Mota de. Políticas sociais: afinal do que se trata?. Agenda Social. **Revista do PPGPS**, UENF, v. 1, n. 3, set.-dez., 2007.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos e Contextos**, n. 4, ano IV, dez. 2005.

GIBBS, Camila; AMAZONAS, Leiliane. População em situação de rua e políticas públicas: os limites da efetivação dos direitos na cidade de Manaus. In: **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**, UFMA, ago., 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Dalila Fernandes; ELIAS, Flávia Tavares Silva. Políticas públicas de assistência social para população em situação de rua: análise documental. **Ciências Saúde**, Distrito Federal, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MADEIRA, Vanessa. Levantamento: 1.718 pessoas vivem nas ruas de Fortaleza, diz novo censo. **Diário do Nordeste**, Caderno Cidade. Ano XXXIII, p.13, 3 dez., 2014.

POLITIZE. **Pessoas em situação de rua**. Disponível em <<http://www.politize.com.br/pessoas-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: 25 out. 2017.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Entrevistas e conceitos**. Disponível em <<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/31154/entrevistas-tipos-e-conceitos#ixzz3tNm4iSV2>>. Acesso em: 25 out. 2017.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, 2006.

SPOCATI, Aldaíza de Oliveira. **Carta-tema**: a assistência social no Brasil. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TEIXEIRA, Mirna; FONSECA, Zilma. **Saberes e práticas na atenção primária à saúde**: cuidado à população em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras drogas. 1.ed., São Paulo: Hucitec, 2015.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. População em situação de rua. **UOL**, Mundo Educação, Geografia. Disponível em <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/populacao-situacao-rua.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Entrevista nº: \_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Duração: \_\_\_\_\_

Nome do entrevistado(a): \_\_\_\_\_

#### 1. Dados Pessoais

**Sexo:** ( ) Masculino ( ) Feminino

**Estado civil:** ( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a)

**Raça:** ( ) Negro ( ) Pardo ( ) Branco ( ) Amarelo

**Escolaridade:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_

**Naturalidade:** \_\_\_\_\_

**Profissão:** \_\_\_\_\_

Filhos: ( ) Sim ( ) Não Quantos? \_\_\_\_\_

#### 2. Sobre a Situação de Rua

2.1 Há quanto tempo você vive na rua? \_\_\_\_\_ E por quais motivos?

2.2 Qual sua ocupação antes de viver em situação de rua?

---

---

---

2.3 Qual o significado de rua para você?

---

---

---



## ANEXOS

### ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada:

\_\_\_\_\_ desenvolvida por \_\_\_\_\_. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por \_\_\_\_\_, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) \_\_\_\_\_. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é \_\_\_\_\_. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Assinatura do (a) participante:

\_\_\_\_\_

Assinatura do (a) pesquisador (a):

\_\_\_\_\_

Assinatura da testemunha:

\_\_\_\_\_